

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Discurso de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Recursos
Educativos

Discurso do Presidente do Conselho Nacional de Educação

Discurso de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da
República

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS RECURSOS EDUCATIVOS

Exm^o Senhor Presidente da Assembleia da República
Prof. Doutor Barbosa de Melo
Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores
Prof. Doutor Mário Pinto
Presidente do Conselho Nacional de Educação
Prof. Doutor Marçal Grilo
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação
Dr. Emílio Pires
Senhores Membros do Conselho Nacional de Educação
Minhas Senhoras e Meus Senhores

1. Foi-me solicitado, apenas com algumas horas de antecedência, que estivesse presente na sessão de encerramento do Seminário "A Educação em Portugal no Horizonte dos Anos 2000", promovido pelo Conselho Nacional de Educação, a quem desejo felicitar pelo sucesso da iniciativa, esperando que outras de índole similar venham a ser desenvolvidas num futuro próximo.

Foi possível reunir um leque de participantes de excepcional qualidade, cujos contributos - alguns dos quais já objecto de uma primeira e apressada leitura da minha parte - constituem um manancial de reflexões da maior utilidade para a definição de estratégias de

adaptação do sistema educativo português aos desafios do próximo século.

Em tempos como os de hoje, perpassados por sinais contraditórios e por uma extrema dificuldade em visualizar tendências claras, sobretudo em matéria económica, diria mais modestamente que as reflexões estimulantes que aqui tiveram lugar não deixarão de ser tidas em devida conta na elaboração, em curso, do plano de médio prazo e do 2º quadro comunitário de apoio, os quais, como se sabe, abrangerão o período entre 1994 e 1997.

2. É inquestionável o papel estruturante da educação sobre a sociedade e a sua ligação com o processo de desenvolvimento económico-social.

Vivemos num mundo dominado por avanços espectaculares em matéria de transportes e de comunicações, em que a circulação da informação relevante se processa instantaneamente e em que a troca de ideias, de experiências e de valores, políticos, culturais e científicos, tem hoje lugar, felizmente, sem quaisquer entraves.

Atingiu-se, pois, na prática, uma situação relativamente próxima da concepção do mundo como uma "Aldeia Global". Sublinhe-se, é certo, que dessa "Aldeia Global" se acham, por ora, excluídas largas áreas geográficas em que se assiste a uma perigosa e confrangedora regressão dos processos de desenvolvimento que haviam caracterizado - apesar de desvios preocupantes, nomeadamente em matéria de respeito dos direitos humanos - as décadas de 60 e 70.

Num mundo fortemente integrado, mas afectado por um alto grau de incerteza, tendo como pano de fundo uma constante aceleração das mutações tecnológicas, o investimento no recurso humano torna-se um elemento fulcral na criação de um clima de crescimento económico e de aumento da produtividade.

Um alto grau de educação permite assimilar mais rapidamente e melhor uma nova informação ou um novo processo produtivo. Permite também maior agilidade intelectual e, em consequência, cria condições para uma permanente adaptação às condições mutáveis dos mercados dos produtos e dos factores de produção, o que constitui um importante instrumento de competitividade, ao qual nem sempre tem sido atribuída a relevância que merece.

A educação torna-se, pois, um requisito facilitador das adaptações estruturais de qualquer sociedade e deverá ser encarada como factor estratégico de inovação empresarial, sobretudo quando articulada com os subsistemas de investigação científica e tecnológica e de formação profissional.

Num país pequeno e aberto ao exterior, vivendo um processo de integração na Comunidade Europeia que se fará sentir com particular intensidade até ao final deste século, a excelência do sistema educativo e a sua aptidão para produzir recursos humanos de elevada qualidade, representam a arma decisiva para enfrentar os desafios de uma competição cada vez mais exigente.

Sublinhei apenas, a este respeito, como a crescente internacionalização dos mercados financeiros e a acentuada integração dos mercados das matérias-primas, das tecnologias e dos factores de

produção em geral conduzirão, lenta mas inexoravelmente, a nivelar os custos desses factores de produção e a eliminar vantagens competitivas que pudessem decorrer, por exemplo de salários mais baixos do que os praticados nos países mais industrializados.

3. Julgo poder afirmar com segurança que as conclusões deste Seminário apontam, de forma inequívoca, para um modelo de sistema educativo largamente aberto à comunidade, encarado, como instrumento de criação de igualdade de oportunidades, de reforço da dimensão social e de preparação para o dinamismo e a renovação da economia e da sociedade portuguesas.

A educação, em especial nos seus níveis mais elevados, deverá potenciar a criatividade e a capacidade de inovar dos nossos jovens, apetrechando-os com os conhecimentos necessários para que possam integrar-se na vida activa em condições favoráveis, assumindo responsabilmente os riscos e explorando adequadamente as oportunidades decorrentes da evolução e da modernização da economia.

Quanto ao ensino básico e secundário, onde um enorme esforço de investimento teve lugar no decurso da última década, espera-se que proporcione a desejável consolidação de uma larga base de conhecimentos, disseminada por toda a população em idade escolar, e o reforço do conjunto de valores e atitudes estruturantes de uma identidade cultural portuguesa, que cada vez mais importa afirmar à medida que se dão passos a melhor definição de uma identidade europeia.

5. O sistema educativo, não sendo um sistema hermético e fechado sobre si mesmo, terá que enfrentar os constrangimentos e os desafios que se colocam à sociedade portuguesa, de forma solidária e responsável.

A educação continua a ser uma prioridade nacional, e convém que este aspecto fique bem claro.

Tal não significa que se não deva avançar resolutamente para medidas de racionalização e que a um modelo de expansão quantitativa da oferta, em especial no subsistema do ensino básico e secundário, não deva suceder uma nova abordagem mais orientada para objectivos de qualidade.

O parque escolar foi reforçado com 239 novas Escolas Preparatórias, C+S e Secundárias, no decurso do período entre 1988 e 1992. No ano económico de 1992, foram ainda lançados 90 novos empreendimentos, dos quais 55 correspondem à construção de raiz de escolas e 35 a ampliações de estabelecimentos existentes.

Em 1993 prosseguirá o esforço de investimento, agora mais direccionado para metas de qualidade, e predominantemente aplicado no ensino secundário e no ensino profissional, sectores onde a procura continuará a exercer pressão durante os próximos anos.

O redimensionamento da rede escolar; a maior preocupação com a conservação e beneficiação dos equipamentos existentes; a humanização dos espaços escolares; o reapetrechamento dos estabelecimentos de ensino em bibliotecas, meios informáticos e equipamentos laboratoriais e oficinais; a criação de um sistema

abrangente de formação contínua de professores; a prioridade dada à vertente profissionalizante do ensino e a criação de módulos de ensino pós-secundário virados para a vida activa; e a progressiva generalização dos novos programas curriculares constituem claramente objectos de carácter não quantitativo de que se espera um upgrading do sistema. A construção de novas infraestruturas e a adaptação de outras já existentes exigem naturalmente a continuação de um esforço de investimento, mas balizado por critérios de crescente rigor e selectividade.

No ensino superior, há que manter uma expansão controlada da oferta, em termos de privilegiar a componente tecnológica do ensino universitário e o desenvolvimento do ensino politécnico.

O esforço orçamental feito em 1992 neste subsistema permitirá a liquidação de todas as dívidas acumuladas, a vários títulos pelas instituições de ensino superior. Por seu turno, o crescimento da despesa pública afecta ao ensino superior em 1993 - com particular ênfase no desenvolvimento da acção social escolar - reflecte a prioridade atribuída pelo Governo a um sector crucial para a modernização do país.

6. Estamos num período de grandes e ambiciosas reformas do sistema educativo, que devem ser entendidas não como rupturas com o passado, mas como a criação dos elos subsequentes de uma cadeia complexa de decisões no sentido de adaptar o sistema a novos desafios.

Não cremos que se justifique, nesta matéria, uma hiperprodução legislativa: preocupa-nos mais a consolidação das reformas já lançadas, através da sua aplicação no terreno.

Trata-se de uma tarefa que exige um sério esforço de investimento, um empenhamento partilhado por todos os agentes do sistema e o tempo minimamente necessário para ser amadurecida em boas condições.

A impaciência em ver concretizada a reforma do sistema educativo é, naturalmente, um sentimento por todos nós partilhado. Mas há um ritmo próprio para que as medidas adoptadas nos últimos tempos atinjam plenamente os seus efeitos úteis e para que a reforma educativa, entendida em sentido amplo, entre em velocidade de cruzeiro.

Como dizia o presidente VACLAV HAVEL na sua recente intervenção na Academia de Ciências Morais e Políticas de Paris, "...é necessário aprender a esperar tal como se aprende a criar. É preciso semear pacientemente os grãos, regar com assiduidade a terra em que foram semeados e dar às plantas o tempo necessário ao seu crescimento. Não é possível forçar o crescimento de uma planta, tal como não é possível forçar a evolução da história.

Mas pode-se regá-la, pacientemente, todos os dias. Com compreensão, com humildade, mas também com amor".

A escola e o sistema educativo deverão mudar, para se adaptarem aos desafios deste fim do século e assumirem o papel motor que lhes cabe na renovação da sociedade portuguesa. Há que conceder-lhes tempo e condições para o fazerem.

O empenhamento do Governo não faltará nesta grande tarefa nacional de valorização dos recursos humanos, o capital mais precioso do nosso país.

**PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO**

Senhor Presidente da Assembleia da República

Prof. Barbosa de Melo

Senhor Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores

Prof. Mário Pinto,

Senhor Secretário de Estado dos Recursos Educativos

Dr. Bracinha Vieira

Senhor Secretário-Geral do Conselho

Dr. Emílio Pires

Senhores Membros do Conselho Nacional de Educação

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Estamos a chegar ao fim deste nosso primeiro Seminário e eu gostaria de fazer três agradecimentos muito especiais. Em primeiro lugar, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, Prof. Barbosa de Melo, que nos concedeu a honra de vir encerrar este Seminário. E diria que a sua presença nos é particularmente honrosa e nos traz uma grande responsabilidade. O Conselho Nacional de Educação, ou melhor, o Presidente do Conselho Nacional de Educação, emana da própria Assembleia da República e a presença de V.Exa. representa o grande interesse e a grande importância que o Parlamento e V.Exa., como Presidente da Assembleia da República, atribuem ao sector da Educação e da Formação. Sabê-mo-lo

pessoalmente, conhecemos bem o seu pensamento sobre esta área, mas a sua presença aqui mostra para todos que quiseram participar neste Seminário e para o próprio Conselho, a importância que V.Exa. atribui à Educação e ao nosso trabalho. Por isso, o nosso muito obrigado pelo apoio que quis conceder a esta Sessão final do Seminário.

O segundo agradecimento é dirigido ao Sr. Prof. Mário Pinto. O Prof. Mário Pinto, que nos quis dar a honra de estar aqui connosco e que nós consideramos como um regresso à sua própria casa. O Prof. Mário Pinto foi o primeiro Presidente do Conselho Nacional de Educação e o grande responsável pela instalação, lançamento e consolidação deste mesmo Conselho Nacional de Educação. A própria ideia deste Seminário, foi muitas vezes discutida por nós com o Prof. Mário Pinto e, já no período da sua Presidência, este Seminário esteve no horizonte para ser uma das actividades que o Conselho deveria vir a realizar. É para nós uma honra tê-lo connosco o que também significa a importância que pessoalmente o Prof. Mário Pinto atribui ao sector da Educação e ao trabalho do Conselho Nacional de Educação, a quem está aliás indelevelmente ligado.

Finalmente ao Senhor Secretário de Estado, Dr. Bracinha Vieira, eu gostava de reafirmar aquilo que aqui afirmei na Sessão de Abertura, em que esteve presente o Dr. Joaquim Azevedo em representação do Senhor Ministro da Educação. Reafirmo sobretudo o nosso interesse em manter com o Governo um diálogo franco, leal e aberto, em que o Conselho possa ser um Orgão que, mantendo a sua autonomia e a sua independência estará sempre disponível para discutir os grandes temas e as grandes questões da Educação. Neste sentido, peço a V.Exa. que transmita ao Senhor Ministro, esta nossa total disponibilidade para

debater as grandes questões da Educação. O Conselho evita, tudo o que sejam debates conjunturais e, portanto, V.Exa. poderá estar certo do grande interesse que o Conselho atribui aos grandes temas, sejam eles os do ano 2000, ou sejam os de 1992 na perspectiva da sua dimensão global que não na perspectiva da dimensão parcial dos problemas .

Permitam-me agora que eu, sem procurar tirar as conclusões do que foi discutido neste Seminário, faça três ou quatro referências a alguns aspectos que me parecem interessantes.

O primeiro é que a participação neste Seminário e o interesse que ele motivou, excedeu todas as nossas expectativas. Tanto pelo número de participantes inscritos, atingimos cerca de 350 participantes inscritos e passaram por esta sala nestes dois dias mais de 300 pessoas, - como pelas palavras que recebemos de incitamento e de apoio ao nosso trabalho. Este Seminário tinha como grande objectivo debater um conjunto de ideias; procuramos organizá-lo com uma certa coerência entre a dimensão europeia, o diálogo com o exterior ao Sistema Educativo e o debate das questões propriamente educativas. Penso que atingimos o primeiro objectivo que tínhamos traçado. Era o de fazer com que este debate fosse o ponto de partida para uma análise mais aprofundada das várias questões, quer ao nível do Conselho, quer para todos aqueles que são os grandes protagonistas do processo educativo. Iremos procurar contribuir para esse debate, publicando aquilo que se passou aqui nestes dois dias, dado que tivemos os aspectos logísticos, que nos permitem fazer a publicação das várias intervenções e daquilo que foram as Conferências, as Mesas Redondas, etc.

O segundo aspecto que eu gostava de referir é que este Seminário demonstrou a grande importância que se atribui ao diálogo entre o

sector da Educação e restantes sectores. Seja a vida económica, sejam os sectores culturais, sejam os vários entrepostos da sociedade civil, com todas as suas problemáticas a nível das Regiões, dos Municípios, dos Sindicatos, dos Professores, dos Pais, dos Jovens, etc... Este diálogo é um diálogo que deve ser aprofundado. E deve ser aprofundado numa perspectiva que me permitia aqui referir, que foi muito sublinhada na mensagem que o Senhor Presidente da República entendeu dirigir a este Seminário, que é a do diálogo plural. Viver no pluralismo não é fácil. O país não tem grande tradição de pluralismo; e este Seminário mostrou que existem espaços e existe uma necessidade de consolidar este debate, em termos de pluralidade, como exercício sério de reflexão, num ambiente cordial. Foi possível fazer passar por esta sala empresários, técnicos de educação, professores, jovens, responsáveis pelas Comissões Coordenadoras, reitores, ex-ministros, políticos, que de uma forma ou de outra entendem o fenómeno educativo como um fenómeno central do processo de desenvolvimento. E isto leva-me à minha última reflexão sobre o que foi este Seminário.

A educação e ficou provado neste Seminário, não é um problema exclusivo dos professores, nem dos técnicos da educação, nem destes e dos estudantes. É um problema nacional, com vários níveis e com vários enfoques de abordagem. Aqui foi possível discutir e analisar os problemas na sala de aula, na escola, no município na região, no país e na Europa. E é nesta conjugação de níveis e de enfoques que será possível perspectivar aquilo que se espera venha a ser a evolução da educação, e do Sistema Educativo nos próximos anos.

Não fizemos aqui exercícios de futurologia, fizemos uma análise séria sobre aquilo que são os problemas de hoje e aquilo que são as

principais tendências, sobretudo num sector em que a tendência é tão pesada, e torna tão difícil modificar o processo educativo e, sobretudo, é tão complexo alterar os grandes parâmetros, e os grandes indicadores do processo educativo. Ficou claro que existem muitos problemas, mas que existem grandes capacidades, que existe uma grande vontade de responder ao grande desafio que se coloca ao Sistema Educativo; e faz-me lembrar um pouco aquilo que foi o grande desafio que se colocou a seguir à Guerra até ao final dos anos 60, em que todos os que tinham responsabilidades nessa matéria, se interrogaram sobre que capacidade tinham os sistemas de Educação e Formação para responder aos grandes desafios do Pós-Guerra. Isso foi possível, e eu penso agora que, no caso específico português, quanto ao processo de integração europeia todos nós fazemos grandes esforços para que tenha o êxito com que ela foi concebida; nós esperamos que esta internacionalização do fenómeno educativo nos traga todas as possibilidades, não em termos económicos ou financeiros, mas em termos de concepção para sermos capazes de responder aos grandes desafios que se colocam ao sistema.

Permitam-me que antes de terminar faça três agradecimentos. O primeiro, ao Senhor Secretário-Geral, Dr. Emílio Pires, pela forma como organizou este Seminário, por todo o trabalho que desenvolveu, de há muitos meses a esta parte para que este Seminário fosse uma realidade. O segundo, à Fundação Calouste Gulbenkian, agradecendo à Fundação, em termos institucionais e a todos os funcionários da Fundação Gulbenkian que, por trás daquela parede, asseguraram o funcionamento deste Seminário em termos logísticos. E, finalmente, a todos os membros do staff do Conselho, ao secretariado, que aqui

Conselho Nacional de Educação

funcionou e que, apoiando o Senhor Secretário-Geral, fizeram com que este Seminário fosse possível. A todos muito obrigado.

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação
Prof. Doutor Marçal Grilo

1. Antes de mais, gostaria de dizer aos circunstantes da grande alegria que tive - e que, aliás, publicamente, manifestei na altura - pelo facto de ter sido eu a conferir-lhe a posse do cargo de Presidente do Conselho Nacional de Educação, para o qual fora eleito pela Assembleia da República.

É V.Exa. um universitário ilustre e um universitário empenhado, ao longo de uma vida, na obra da sua Universidade; é V.Exa. membro activo de uma organização não governamental, a Fundação Gulbenkian - a mais importante, se calhar, que existe em Portugal; é V.Exa. um Português que atravessa com facilidade esses grandes espaços por onde, ao longo da história, tem andado este povo e espaços de cujos problemas no domínio da educação está perfeitamente a par (por exemplo, a África lusófona, que tão bem conhece)...

Era V.Exa., pois, a pessoa indicada para assumir a direcção do Conselho Nacional de Educação neste período da vida pública portuguesa. E se lembro tudo isto, é para deixar claro nesta

circunstância o quanto aprecio que esteja hoje à frente deste órgão nacional.

Minhas senhoras, meus senhores:

2. O Conselho Nacional de Educação é um *espaço de diálogo* - como há pouco foi lembrado e, aliás, é sentido por todos nós que somos, ou fomos, membros dele. Mas é também um espaço decerto destinado à prática do rigor intelectual indispensável a um honesto tratamento das questões relativas à educação do nosso país. Alguns factores internos explicam e justificam que em pouco tempo se tenha vindo a criar no Conselho Nacional de Educação o espaço de diálogo e de rigor que entre nós fazia falta.

O primeiro desses factores é o *pluralismo* das correntes de opinião representadas neste órgão consultivo máximo para os assuntos da educação no nosso País. Aqui, por determinação da lei, as concepções com algum significado na sociedade portuguesa têm voz e agentes que devem protagonizá-las jogando-as nos debates através dos quais o Conselho cumpre as suas atribuições.

Por outro lado, o Conselho depressa soube descobrir os *métodos* - e até as *linguagens* - *multidisciplinares* indispensáveis a que as pessoas reciprocamente se entendam e possam raciocinar em comum sobre as dificuldades e problemas desta área da organização social do País.

Finalmente, as instâncias a quem cabe a indicação dos titulares do órgão consultivo em matéria de educação "tomaram a peito" a preocupação de o dotar de *personalidades competentes* para que as tarefas específicas dele pudessem ser bem cumpridas.

A verdade é que o Conselho se firmou rapidamente, sendo o trabalho por ele desenvolvido, já hoje, indispensável a qualquer reflexão cuidada sobre o estado da educação em Portugal.

3. Na palavra que me cabe a final dizer neste Encontro sobre "A Educação em Portugal no Horizonte dos anos 2000" gostaria de focar um ponto que considero essencial para o bom enquadramento de tal tema e problema: a maior e mais enpenhante tarefa que é preciso assumir com vista à modernização do sistema educativo consiste num esforço sério dirigido à formação de uma *nova cultura educativa* em Portugal. Ora um órgão como o Conselho Nacional pode ser o animador e catalisador - pode ser e está a sê-lo! - dessa necessária renovação de mentalidades.

Na verdade, a educação vale, a muitos títulos, como a prioridade para Portugal. Um dos motivos desta prioridade está nos atrasos ancestrais de que dá mostras o nosso sistema educativo e que respondem por alguns vícios de mentalidade que tolhem há séculos a capacidade de acção dos portugueses no mundo que eles próprios descobriram e, em larga medida, fizeram. Tais atrasos são múltiplos e a este respeito cada um de nós tem, decerto, uma história a contar. Por mim gostaria de focar o seguinte:

Por um lado, da nossa escola dir-se-ia que é um *espaço de repetição* daquilo que se sabe ou um *espaço de gestão do sabido* - e isto não só ao nível do primário e do secundário (onde é mais natural), mas também ao nível do ensino superior (o que já é desastroso); ela não é tipicamente um *espaço de invenção de coisas sempre novas e diferentes*. Nas camadas superiores da sociedade portuguesa vive-se uma mentalidade dedutivista - sem graça nenhuma! - e talvez a escola

tenha alguma coisa a responder por isso. Já Camões fazia ironia sobre aqueles que só conheciam "a escritura", mas ignoravam os "segredos da natura". E não foi só o "Épico" que fez ironias assim; também Gil Vicente, por exemplo, no prólogo de um dos seus autos (*Auto da Feira*), pôs na boca da personagem "Mercúrio" estes versos:

*"Muitos presumem saber
As operações dos céus,
E que morte hão-de morrer.
E o que há-de acontecer
Aos anjos e a Deus
E ao mundo e ao Diabo.
E o que sabem têm por fé;
E eles todos em cabo
Terão um cão polo rabo
E não sabem cujo é".*

A atitude inspirada no saber dogmático ou dedutivo, que Gil Vicente de forma tão bela retratou nesta fala de "Mercúrio", continuamos nós a alimentá-las nas escolas, ao fazer destas um espaço de repetição do que "já se sabe", um espaço fechado sobre si próprio, cego para o exterior e para o mundo. Ora é decisivo para o nosso futuro que seja possível proceder rapidamente à reversão deste aspecto da mentalidade dominante na sociedade portuguesa - e para tanto parece necessário que a escola se converta à invenção e obrigue as novas gerações a pensar em termos de ensaio e crítica, ousando imaginar hipóteses e dispendo-se a emendar os erros depois detectados na prognose ou previsão feitas.

Por outro lado, um outro aspecto da mentalidade dominante reside, digamos assim, na *sindicalização universal* da vida portuguesa. A escola, também ela, afigura-se como mera extensão de um sindicato e, às vezes mesmo, como um agregado de sindicatos múltiplos já integrados a nível nacional - sindicatos de estudantes, sindicatos de professores, sindicatos de auxiliares de ensino, etc, etc - e todos eles regidos pelos cânones da mais completa unicidade sindical. É o que por aí campeia... Ora a escola não pode ser isto! Temos de a pensar como *serviço*, como *diaconia*. Sendo essencial às sociedades modernas, está ao seu serviço e existe para fazer coisas que estão para além dela, nomeadamente, para transmitir aos jovens o que as gerações anteriores conseguiram saber e para lhes inculcar um espírito novo e sempre renovado que lhes permita ir acrescentando qualquer coisa ao património recebido das gerações passadas. Esta ideia da escola como serviço é preciso torná-la viva: ela talvez não se tenha perdido racionalmente, o que é não possui vivência real entre os concretos *actores* do processo educativo.

Depois, a nossa escola aparece como uma forma ou molde para os que a devem frequentar. Ele há desvios da natureza humana, umas ervas daninhas, uns ramos torcidos, e a escola está aí para os podar. É a escola concebida, ao fim e ao cabo, como "casa de correcção", como instrumento destinado a corrigir coisas mal engendradas pela natureza. É evidente que a escola não pode ser um baptistério: o professor não faz nascer, não é o sacerdote ou inventor de um homem novo; apenas ajuda - e já não é pouco - aqueles que por ele passam a fazerem-se sempre de novo, recomeçando todos os dias o seu caminho. A escola deve tomar as pessoas como elas são e proporcionar-lhes a possibilidade de se melhorarem a si próprias, de aprofundarem a sua

identidade e diferença. É preciso transformá-la, rapidamente, num espaço destinado à diferenciação e individualização dos alunos.

Finalmente, um outro elemento da mentalidade dominante a pedir urgente revisão está na ideia de que a escola é um sinal de distinção social. Ouve-se dizer com frequência: "Eu andei na escola tu não andaste!" "A minha escola é melhor do que a tua!", etc, etc. A escola aparece nestes ditos como um privilégio de poucos, quando tem de ser o lugar de todos. Como espaço necessário de socialização, ela deve estar aberta a todos, e todos a devem procurar sem perder o sentido de que, também aí, descobrirão as vias da sua diferenciação e de individualização - não pode ser concebida nem gerida como se fosse uma honra e distinção para determinados grupos restritos da Sociedade.

4. Eis atrasos da mentalidade dominante e do sistema educativo que é urgente reverter. Desde logo, por termos aí à porta o desafio europeu - ao qual já referiram os oradores que me antecederam, nomeadamente o Senhor Secretário de Estado. A verdade é que o desafio europeu não é um desafio de cifrões, de números, de gráficos, de estatísticas... O desafio europeu é lançado ao homem português: o grande desafio está nas pessoas e se nós podemos triunfar na Europa é porque somos um povo dotado de qualidades excepcionais - enfim, passe a vaidade. Precisamos é de saber incutir nas gerações que chegam à vida o espírito necessário a essa Europa Nova. É com as pessoas concretas, com as suas aptidões, as suas qualidades que venceremos ou nos perderemos como Estado.

Se temos atrasos e um grande desafio a vencer, o maior desse desafio está em garantir às gerações que vão chegando ao "tabuleiro" da vida melhores oportunidades de realização da sua felicidade humana.

O tema deste Seminário apontava para uma data avançada, ou seja, para os anos 2000. Foi dito pelo Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação que não se estava a fazer futurologia. Ainda bem: eu quando oiço falar das datas do futuro, tenho o "medo medonho" de estar com pessoas possuídas da ilusão de poder ir ao futuro. Mas aqui não se tratou disso, obviamente! Não se fez futurologia. Fizeram-se reflexões, naturalmente dirigidas para o futuro, mas com a ideia, muito clara, de que o futuro, quando encarado com humildade, anda acompanhado da desilusão a respeito do que dele antes se imaginara. Para gente racional é necessário um projecto e um projecto aberto, a todo o tempo, a emendas, a reformas, a revisões... Essa permanente abertura à novidade é que justifica que a nós próprios nos demos projectos e datas estando preparados, prontos - e devemos estar - para fazer a revisão de tudo quanto antevimos ou predissemos.

E nada mais digo. Termino saudando todos os presentes, nomeadamente o Senhor Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, o Senhor Secretário de Estado dos Recursos Educativos, o Senhor Presidente e o Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação. A todos vós, congressistas, desejo que este tempo de debate, a que se devotaram durante estes dois dias, seja frutuoso, desde logo, para vós - a caridade bem entendida começa por nós próprios -, e, sobretudo, para os alunos e utentes do sistema educativo de Portugal.

Muito obrigado e felicidades!

